

ANC - CPECX
ASS. CONSTITUINTE - COM. PRV EST CONV

Comissão aprova autonomia política do DF

Rogério Carneiro



Santayana, Fernando D'Ávila, Arinos e Machado Horta (da esq. para a dir.)

Do enviado especial a Itaipava

CONSTITUINTE 86

O Distrito Federal (DF) adquire "autonomia política" e pode eleger governador, segundo proposta aprovada ontem pela comissão provisória de estudos constitucionais. O artigo, que será incluído no anteprojeto constitucional da comissão, estabelece que "o Distrito Federal goza de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira". Por treze votos a onze, foi rejeitada proposta do jornalista Mauro Santayana, secretário-executivo da comissão, que impedia a eleição direta do governador.

No segundo dia, da segunda etapa de seu "esforço concentrado", no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis (66 km a noroeste do Rio), a comissão decidiu incluir entre as "disposições transitórias" de seu anteprojeto a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados, proposta pelo advogado Clóvis Ferro Costa. Pela sugestão aprovada, na transformação dos dois

territórios em Estados, serão observados "os mesmos critérios seguidos na criação dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Acre", ou seja, "que eles sejam subsidiados financeiramente pela União nos dez anos seguintes à criação", disse Clóvis.

A autonomia política do DF foi o tema que mais debates provocou entre os conselheiros. O ex-senador Mário Martins disse que "não é possível que uma das cidades mais politizadas do país não possa governar a si própria" e foi contestado pelo jurista Miguel Reale que disse temer "os conflitos entre o governo do Distrito e o governo federal". A decisão final, foi incorporado um parágrafo, de autoria de Ferro Costa e do reitor da Universidade de Brasília, Cristóvan Buarque, definindo que a "União subsidiará o DF com os recursos necessários para a organização e manutenção de seus serviços". "A sobrevivência econômica de Brasília é uma ficção. Ela não tem condições de ser financeiramente autônoma", disse Costa.

Conselheiros não querem rever a redução do poder das PMs

Do enviado especial a Itaipava

A maioria dos membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais manifestou-se contra a revisão de sua decisão de reduzir os poderes das polícias militares, considerando-a "matéria vencida". O tema voltou ao debate na plenária de ontem, no Centro de Estudos e Conferências do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava (distrito de Petrópolis, 66 km ao norte do Rio). O presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, disse que tem recebido "volumosa manifestação a este respeito", mas que encara a questão "com tranquilidade: só haverá reexam e se houver, por parte do plenário, uma manifestação bem fundamentada neste sentido" —o que não ocorreu ontem.

O jurista Miguel Reale, que, desde a plenária do dia 5 de maio, quando ocorreu a decisão, posicionou-se contra a idéia, disse ontem que "nós reduzimos as polícias militares a corpo de bombeiros e tropa de

choque, o que, na prática, significa acabar com a instituição".

"Nós já resolvemos este problema, pois a comissão compete abrir o debate. E foi isso que ocorreu", afirmou o advogado José Alberto Assumpção. "Rever o tema seria abrir um perigoso precedente, pois, com isto, poderia ser defendida a revisão de qualquer tema. Não queremos isto", declarou o jurista José Afonso da Silva.

Ontem, a comissão decidiu restringir as intervenções dos conselheiros durante suas reuniões plenárias, para reduzir o tempo das discussões. A partir de agora, os conselheiros só poderão falar à plenária se tiverem proposta contrária à do relator da matéria, e as intervenções podem durar apenas um minuto. A comissão definiu também a realização de um novo "esforço concentrado" nos dias 4 a 9 de agosto, novamente em Itaipava. Com estas medidas, os conselheiros esperam evitar mais um atraso na conclusão de seu anteprojeto de Constituição —que deve ser entregue ao presidente Sarney em setembro.

Santayana recebe moção de apoio

A Comissão Constitucional aprovou ontem por unanimidade uma moção de solidariedade ao seu secretário-executivo, o jornalista Mauro Santayana, "pelos agravos que, direta e indiretamente, vem sofrendo". Os agravos "diretos" são as críticas de entidades representativas dos jornalistas, contrárias à proposta de Santayana, de extinção da exigência de diploma para o exercício da profissão. Os "indiretos" são acusações de que sua mulher, Vania Santayana —chefe do Serviço de Apoio à Imprensa da Comissão— modificou textos de reportagens sobre a reunião de Itaipava. Mauro Santayana disse que "não há qualquer tentativa de cercear o trabalho da imprensa", atribuindo a "mal-entendidos" as alterações que foram realizadas.

A Comissão dos Jornalistas em Assessorias de Imprensa, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, enviou ontem ao presidente da Comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, telex repudiando e pedindo providências contra a "adulteração de textos".

Jornalistas debatem Constituinte e o papel da imprensa

Da Reportagem Local

Em debate realizado na noite de anteontem, no ginásio de esportes do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, os jornalistas convidados para debater o tema "Imprensa, para que serve, a quem serve" mostraram que não existe consenso sobre as propostas que deverão ser discutidas no Congresso constituinte, sobre os meios de comunicação. De comum, os jornalistas manifestaram apenas a idéia de que a liberdade de expressão deve ser a mais ampla possível, mas divergiram quanto aos meios de exercê-la. O debate foi promovido pelo Sindicato dos Bancários e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI)-seção São Paulo.

Boris Casoy, e membro do Conselho Editorial da Folha e editor da seção "Painel", defendeu a necessidade de a próxima Constituição conceder total liberdade de expressão, sem qualquer restrição, mas estabelecendo responsabilidades. Acrescentou que os meios de comunicação devem continuar atuando dentro de um regime de livre empresa que, "apesar de suas imperfeições, é preferível à imprensa estatizada ou ao regime de fundações, que na prática não funciona". Ele também propôs mudanças no sistema de concessões para rádio e televisão e a liberação das rádios livres.

Outro participante do debate, o redator-chefe da revista "Senhor", Mino Carta, sustentou que a plena liberdade de imprensa é "fruto de um capitalismo moderno e de uma democracia representativa".

José Paulo Kupfer e Juarez Soares, diretores do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, defenderam proposta recentemente apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), prevendo a transformação das empresas jornalísticas em fundações de direito público ou privado.

O assessor de imprensa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Flávio Pachalski, disse que para garantir a liberdade de expressão é necessário "acabar com o uso privado dos meios de comunicação". Com idéias semelhantes, o presidente da seção paulista da ABI, João Costa Pinto, afirmou que "a defesa dos interesses populares é incompatível com os interesses dos anunciantes."

SRS. CANDIDATOS

ELABORAMOS JORNAIS PARA SUA CAMPANHA
Pró-Evento Relações Públicas e Comunicação
Tels. (011) 852.4944 e 883.4659

Anuncie por telefone: 874-2874.

SURDEZ

SEGURA, CONFIANTE!
USA O MINI 118 ATS VIENNATONE.

"Ele é Maravilhoso!
É tão pequenino e tão Possante!...
Entretanto, ninguém é capaz de notar que eu o estou usando"
É o inimitável 118 ATS VIENNATONE 86
Mesmo em ambiente barulhento, o novo 118 elimina os ruídos.



OSIRO — PDT — GOV.
OPÇÃO NÃO BURGUESA